

Grupo especial de São Paulo faz acordos para cobrar R\$ 9 bi de sonegadores

Parte dos R\$ 40 bilhões em dívidas de ICMS negociados pelo estado de São Paulo no âmbito do programa Acordo Paulista está ligada à atuação de um grupo especializado no monitoramento de grandes devedores.

O Cira-SP (Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos), que reúne auditores fiscais da Secretaria da Fazenda, Procuradoria-Geral e Ministério Público de São Paulo, fechou neste ano acordo com 206 empresas que possuíam R\$ 6,5 bilhões inscritos na dívida ativa do estado e entraram no programa.

Cerca de metade do valor se refere a três grupos econômicos que foram alvo do comitê nos últimos três anos. As operações Cavalo-Marinho, Nuvem de Fumaça e Vênus apontaram fraudes fiscais realizadas por um dos maiores

estaleiros da América Latina, uma distribuidora de cigarros e uma rede de vestuário, respectivamente. Os três aderiram ao programa encerrado em abril deste ano.

Os números correspondem aos valores inscritos na dívida ativa, sem os descontos previstos no programa de parcelamento encerrado em abril, cuja expectativa é arrecadar R\$ 14 bilhões, incluindo esses e outros contribuintes.

Em acordos fechados em anos anteriores, o Cira-SP negociou outros R\$ 2,5 bilhões.

“Existe uma macrodelinquência tributária bastante acentuada, principalmente no estado de São Paulo, onde há grandes empresas, grandes conglomerados, e ela tem impacto na isonomia concorrencial”, afirma Alessandro Rodrigues Junqueira, procurador da Procuradoria-Geral

do Estado.

“Pelas operações, pelas medidas judiciais e administrativas adotadas, a atuação do Cira acaba induzindo o contribuinte a falar, ‘eu preciso mudar meu comportamento em relação a São Paulo na parte fiscal’.”

Algumas dessas empresas deixaram de pagar praticamente 100% do imposto devido por mais de uma década, conseguindo se esquivar do Fisco, da Procuradoria e do próprio Ministério Público, quando esses atuavam isoladamente.

A adesão ao programa das empresas que foram alvo das operações especiais, por exemplo, surpreendeu o grupo, dada a magnitude das dívidas e o comportamento dos envolvidos, que utilizavam estruturas sofisticadas para sonegar os tributos.

Eduardo Cucolo/Folhapress



Economia



Inflação acelera a 0,38% em abril e fica acima das projeções

Página - 03

Preço do arroz, ameaçado por desastre no RS, cai 1,9% em abril, mas ainda sobe 25% em 12 meses

Página - 03

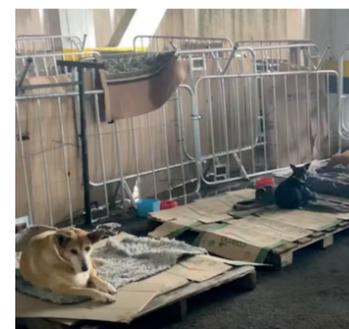


Saiba quais barragens correm risco de rompimento no RS

Pág - 05

O estádio mais antigo do Brasil que virou abrigo para cães no Rio Grande do Sul

Pág - 05



Política

Quando vai fechar a porteira?, diz Lula a mãe de 5 filhos em Alagoas

Página - 04

PT quer segurar homenagem a João Cândido até bolsonarista deixar comissão da Câmara

Página - 04

No Mundo

Rússia ataca norte da Ucrânia e abre nova frente na guerra



Forças da Rússia invadiram na madrugada desta sexta (10) o norte da região de Kharkiv, na Ucrânia, obrigando a evacuação dos civis de uma cidade e o envio de soldados de Kiev para evitar o rompimento das defesas na região, abrindo assim uma nova frente na guerra iniciada por Moscou em 2022.

Kharkiv já havia tido parte de seu território ocupado pelos russos, mas em setembro de 2022 um contra-ataque surpresa dos ucranianos expulsou os invasores.

Após o fracasso da contraofensiva de Kiev no ano

passado, Moscou passou a pressionar novamente as fronteiras da região, avançando ao sul e a leste do território, que fica no norte da Ucrânia e faz fronteira com Belgorodo, na Rússia. Isso ocorria a partir das áreas ocupadas no Donbass, leste do país.

Por sua vez, Kiev usou a região como base de seus cada vez mais intensos ataques contra o sul russo, que passaram a ser quase diários neste ano, já que seus mísseis e artilharia têm alcance para atingir a capital homônima de Belgorodo.

O que ocorreu às 5h (23h

em Brasília) foi diferente. Colunas blindadas russas, apoiadas por uma pesada bargagem de artilharia, cruzaram a fronteira rumo ao sul. O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, disse que o movimento de tropas havia sido notado e houve tempo para se preparar.

“A Ucrânia os encontrou lá com brigadas e artilharia”, afirmou o líder em uma entrevista coletiva. O avanço, contudo, obrigou a evacuação de Vovtchansk, a 50 km de Belgorodo e cerca de 5 km da fronteira, e o desvio de mais forças ucranianas para a região.

Igor Gielow/Folhapress

Pessoas ficam presas de cabeça para baixo após brinquedo travar na China

Pelo menos 18 pessoas ficaram presas de cabeça para baixo após um brinquedo travar em um parque de Chongqing, na China.

Brinquedo parou no ar por cerca de três minutos, segundo o site The Straits Times. Funcionários conseguiram retomar o funcionamento da atração. Não há detalhes do resgate.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram quando o brinquedo para repenti-

namente. A atração, que gira 360 graus, travou no seu ponto mais alto.

No dia do incidente, em 4 de maio, o parque estava lotado por causa do feriado prolongado. A fila de espera do brinquedo era de cerca de 1h, diz a mídia local.

Ninguém ficou ferido, mas algumas pessoas tiveram tonturas. Uma investigação será feita para descobrir as causas do mal funcionamento do brinquedo.

Folhapress



Veja perguntas e respostas sobre a cidade e a passagem de Rafah, na Faixa de Gaza



As negociações para um cessar-fogo em troca de reféns entre Israel e Hamas se tornaram ainda mais difíceis nesta semana. No domingo (5), o Hamas lançou foguetes no posto de controle de Kerem Shalom, a principal entrada de ajuda humanitária em Gaza, e matou quatro soldados israelenses.

Israel fechou a passagem, revidou com mais bombardeios e deu início ao que afirma ser uma ação limitada em Rafah, o último grande centro urbano da Faixa ainda não invadido por terra.

Em seguida, tanques israelenses tomaram a passagem de Rafah, o outro posto de controle no sul, além de

Kerem Shalom, para entrada de auxílio e o único que não era diretamente controlado por Israel --embora Tel Aviv tivesse a prerrogativa, assim como o Egito, de barrar entradas e saídas.

Leia abaixo perguntas e respostas sobre Rafah e a ação militar de Israel no local.

O que é a passagem de Rafah?

O local é o único posto de controle da Faixa de Gaza que não é controlado diretamente por Israel, já que fica na fronteira com o Egito. O trânsito no local, no entanto, é condicionado à autorização do Cairo e de Tel Aviv.

Há outras passagens abertas nas fronteiras de Gaza?

A passagem de Kerem Shalom, próxima à de Rafah na fronteira tríplice entre Israel, Egito e Gaza, tem sido usada desde dezembro também para a entrada de ajuda humanitária. Há ainda a passagem de Erez, na fronteira ao norte de Gaza, que Israel reabriu no início de maio, em meio a pressões externas pela ampliação da entrada de auxílio no território palestino.

Quão importante é a passagem de Rafah para o transporte de ajuda humanitária?

O posto de fronteira de Rafah foi o primeiro ponto de entrada de auxílio em Gaza, duas semanas após o início da guerra.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Inflação acelera a 0,38% em abril e fica acima das projeções



A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acelerou a 0,38% em abril, apondo nesta sexta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Remédios, alimentos e gasolina pressionaram o índice, que ficou acima da mediana das previsões do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,35%.

O IPCA havia sido de 0,16% em março. Apesar da aceleração, a nova taxa, de 0,38%, é a menor para abril em três anos, desde 2021 (0,31%).

No acumulado de 12 meses, a inflação perdeu força e desacelerou a 3,69% até abril.

É o menor patamar desde junho do ano passado (3,16%).

O novo resultado, porém, ficou acima da mediana das projeções, que era de 3,66%, segundo a Bloomberg. A alta dos preços estava em 3,93% nos 12 meses até março.

REMÉDIOS, ALIMENTOS E GASOLINA EM ALTA

Em abril, 7 dos 9 grupos de produtos e serviços do IPCA tiveram alta de preços. Saúde e cuidados pessoais (1,16%) e alimentação e bebidas (0,70%) registraram os maiores impactos no índice mensal. A pressão de cada segmento foi de 0,15 ponto percentual.

Em saúde e cuidados pessoais (1,16%), a maior contribuição para a alta veio dos produtos farmacêuticos (2,84%). O aumento veio

após a autorização do reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março.

O IBGE destacou as altas dos subitens antidiabético (4,19%), anti-infeccioso e antibiótico (3,49%) e hipotensor e hipocolesterolêmico (3,34%).

Em alimentação e bebidas (0,70%), a alimentação no domicílio acelerou de 0,59% em março para 0,81% em abril. Foram observadas altas nos preços do mamão (22,76%), da cebola (15,63%), do tomate (14,09%) e do café moído (3,08%).

No grupo dos transportes (0,14%), a gasolina avançou 1,50% em abril. Com o resultado, teve o maior impacto individual entre os subitens do IPCA (0,08 ponto percentual).

Leonardo Vieceli/Folhapress

Safra de laranja deve despencar no país e ampliar pressão na oferta global

A safra de laranja 2024/25 no cinturão citrícola formado pelo interior de São Paulo e pelo Triângulo/Sudeste mineiro deverá ser a pior em mais de três décadas, cenário que ampliará a pressão global em relação à oferta da fruta.

A produção da citricultura na região deverá atingir 232,38 milhões de caixas de 40,8 quilos cada na próxima safra, o que representa uma queda de 24,36% em relação à safra anterior e de 24,53% em comparação com a média das últimas dez safras.

A estimativa foi divulgada na manhã desta sexta-feira (10) pelo Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura), em Araraquara (a 273 km de São Paulo).

Dados exibidos na apresentação, que ocorreu no auditório do Fundecitrus, indi-

cam que o patamar previsto para a safra que se inicia é o menor desde que o órgão iniciou sua pesquisa de estimativa, há dez anos, e também inferior aos dados da CitrusBR (Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos) desde a década de 1980.

A safra futura, se confirmada, só será superior às 214 milhões de caixas apontadas pela CitrusBR na safra 1988/89. É, também, a menor já projetada pelo Fundecitrus, que até agora tinha na safra 2016/17 seu piso, com 245 milhões de caixas.

O anúncio era muito aguardado pelo setor citrícola, já que o Brasil responde por cerca de 75% do comércio internacional de suco de laranja no mundo. Por isso, qualquer abalo registrado internamente provoca reflexos em outros países.

Marcelo Toledo/Folhapress



Leonardo Vieceli/Folhapress

Preço do arroz, ameaçado por desastre no RS, cai 1,9% em abril, mas ainda sobe 25% em 12 meses



Os preços do arroz caíram 1,93% em abril para os consumidores brasileiros, apontam dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados nesta sexta-feira (10).

Trata-se da maior redução mensal em mais de dois anos, desde janeiro de 2022, quando a baixa havia sido de 2,66%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pelos cálculos.

Apesar da trégua mensal, o arroz ainda acumulou alta de 25,46% nos 12 meses até abril. Somente em 2024, até abril, a alta foi de 7,21%.

Nos últimos dias, entrou no radar de analistas um novo fator que pode gerar algu-

ma pressão inflacionária no Brasil. Trata-se do possível impacto das enchentes que devastam municípios do Rio Grande do Sul neste início de maio.

O temor é de que a catástrofe afete estoques de alimentos, com reflexos sobre os preços, especialmente do arroz. Já há, inclusive, restrições a compras em supermercados.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do Brasil. Responde por cerca de 70% da cultura.

Com o receio do impacto das cheias na inflação, o governo federal anunciou a importação de até 1 milhão de toneladas do cereal.

A medida é contestada por produtores. Eles dizem

que as lavouras gaúchas terão condições de alimentar a demanda nacional, mesmo com as perdas nas áreas restantes. Cerca de 83% das lavouras já haviam sido colhidas no estado.

“O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz, mas também tem produção de soja e milho, que são importantes na produção de ração animal, por exemplo”, disse André Almeida, gerente do IPCA.

O custo da ração é um dos componentes dos preços das carnes e do leite. “Essas chuvas podem acabar impactando a produção. Agora, como isso vai se refletir nos preços, a gente tem de aguardar”, ponderou Almeida. O IBGE não faz projeções de preços.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Quando vai fechar a porteira?, diz Lula a mãe de 5 filhos em Alagoas



O presidente Lula (PT) disse nesta sexta-feira (10) em Maceió que, antes do evento, perguntou a uma mãe de cinco filhos e beneficiária de residência do Minha Casa Minha Vida quando ela “vai fechar a porteira”.

“Quando entrego uma chave a uma pessoa, aquela menina tem cinco filhos, eu falei: ‘Companheira, quando vai fechar a porteira?’. Não pode mais ter filho, ela já tem cinco. Ela tem 27 anos de idade. Eu falei: ‘É preciso você se cuidar’. Porque na hora que o filho nasce é preciso saber como a gente vai cuidar e nem sempre o estado cuida, a religião cuida, quem tem que cuidar é o pai e a mãe”, afirmou Lula.

A fala foi proferida durante cerimônia na capital de Alagoas para a entrega de 914 apartamentos do Conjunto Residencial Parque da Lagoa. As moradias vão beneficiar 3.565 pessoas de famílias da Faixa 1, com renda mensal de até R\$ 2.640.

De acordo com o governo federal, das 914 famílias que receberão unidades nesta ocasião, 488 recebem o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que significa que estão isentas do pagamento de prestações.

A visita a Maceió fecha a agenda de Lula em Alagoas, no primeiro ciclo de visitas do presidente ao estado no atual mandato. Nesta sexta (10), o presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), foi vaiado durante o ato.

Lula tem sido criticado por opositoristas por gafes e declarações em eventos recentes.

Em março, por exemplo, a gafe envolveu a qualificação de mulheres para o mercado de trabalho. O mandatário disse que mulheres com formação não dependeriam de seus pais para comprarem batom ou calcinhas.

Em fevereiro, afirmou que nenhuma mulher quer namorar com quem tem como profissão ajudante geral, durante discurso no Complexo do Alemão defendendo investimentos na educação.

Josué S. e José Matheus/Folhapress

PT quer segurar homenagem a João Cândido até bolsonarista deixar comissão da Câmara

Os deputados federais do PT querem esperar a mudança no comando da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em dezembro, para votar o projeto de lei que inscreve João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, de 1910, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Com isso, caso a estratégia tenha sucesso, a homenagem aconteceria apenas em 2025.

O texto, hoje, está na Comissão de Cultura da Câmara, com tramitação congelada após pedidos de vista de Alfredinho (PT-SP) e Abílio Brunini (PL-MT).

A principal preocupação é que, após a apreciação no colegiado, o texto segue para a Comissão de Constituição e

Justiça da Câmara, presidida pela bolsonarista Caroline De Toni (PL-SC).

A composição do colegiado hoje é vista com receio pelos deputados petistas, por ter maioria da oposição. A CCJ já aprovou, por exemplo, projetos contra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O temor é que a politização da proposta que inscreve o “Almirante Negro” no livro de heróis, com críticas da Marinha, leve a uma derrota do texto na comissão.

Autor do projeto, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) afirma que a votação na Comissão de Cultura poderia ser feita ainda neste ano, em novembro, pois dessa forma não daria tempo de que fosse apreciado ainda em 2024 por De Toni. Danielle B. e Guilherme/Folhapress



Boulos acirra guerra judicial com Nunes e pede ao STF inelegibilidade de prefeito



O pré-candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) afirmou nesta quinta-feira (9) que o PT, partido que indicará a vice em sua campanha, entrará com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a gestão Ricardo Nunes (MDB) por suposta irregularidade nos gastos com educação.

A iniciativa amplia a guerra judicial do deputado federal, apoiado pelo presidente Lula (PT), contra o atual prefeito, dias após ofensiva da pré-campanha de Nunes contra os dois adversários devido ao pedido de voto feito pelo petista no ato de 1º de Maio, o que pode configurar campanha antecipada.

Boulos afirmou que o rival cometeu crime de responsabilidade e defendeu que ele seja punido com a inelegibilidade.

Adversários do PSOL também reivindicaram que Lula e Boulos se tornem inelegíveis pela propaganda no ato das centrais sindicais, possibilidade considerada remota.

A questão dos gastos com educação já tinha sido levada pelo PT ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público de São Paulo. A bancada de vereadores petistas e o diretório municipal da legenda afirmam que Nunes descumpriu o percentual mínimo de investimento obrigatório na área, de 25%.

Segundo o PT, em 2023 a administração do emedebista aplicou 22,4% da receita em educação. Pelos cálculos do partido, deveriam ter sido investidos R\$ 16,4 bilhões, mas foram gastos R\$ 14,7 bilhões --uma diferença de R\$ 1,7 bilhão. Já a prefeitura diz cumprir as exigências legais.

A afirmação de Boulos foi feita durante um pronunciamento ao vivo nas redes sociais, divulgado sem um tema prévio. Aliados evitaram antecipar o conteúdo da transmissão, citando um acordo para manter o conteúdo em sigilo. A equipe disse que o vídeo atingiu 7.000 pessoas em diferentes plataformas.

O deputado falou na necessidade de “tomar medidas mais drásticas” contra o adversário, com o discurso de que o STF precisou ser acionado para que o prefeito seja obrigado a cumprir a lei.

Boulos disse que Nunes faz “uma espécie de pedalada da educação”, afirmando que desde 2021 a prefeitura destina menos de 25% à área, como determina a Constituição. Joelmir Tavares/Folhapress

Saiba quais barragens correm risco de rompimento no RS



O governo do Rio Grande do Sul atualizou neste domingo (5) a situação das barragens no estado. Dados parciais apontam que seis estruturas estão em situação de emergência, apresentando risco de rompimento.

Entre elas está a barragem de 14 de Julho, que fica em Cotiporã e Bento Gonçalves, local onde ocorreu um rompimento parcial na última quinta-feira (16). De acordo com as autoridades, esse rompimento pode ser ampliado, mantendo a barragem em situação de emergência.

As demais estruturas em situação crítica são:

Barragens em situação de

emergência no RS

Barragem de São Miguel, em Bento Gonçalves

Barragem em Eldorado do Sul

Barragem de São Martinho da Serra

Barragem do Arroio Baracão, em Bento Gonçalves

Barragem Salto-Forqueta, em São José do Herval e Putinga

O governo estadual monitora a situação dessas estruturas por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema.

Mais cedo, o último boletim da Defesa Civil apontava

75 mortes em decorrência da tragédia. Um novo boletim com a atualização dos números de mortos, feridos, desabrigados e desalojados.

Muitas pessoas continuam fora de suas casas, abrigadas em locais disponibilizados pelas prefeituras e pelo governo do estado, enquanto outras aguardam por resgate.

Nível do Rio Guaíba continua subindo

O lago Guaíba chegou a 5,31 metros neste domingo (5), níveis recordes na história de Porto Alegre. A marca anterior era de 4,76 metros, ocorrida em 1941. A prefeitura emitiu alerta para inundações catastróficas na capital.

CNN

Como funcionam os purificadores que tornam potável água da enchente e que serão usados no RS

Na tarde de quarta-feira (8/5), 220 purificadores de água chegaram à cidade de Canoas (RS), na região metropolitana de Porto Alegre.

Comprados pelo influenciador Felipe Neto por meio de valores arrecadados em vaquinha online e transportados com o suporte da Força Aérea Brasileira (FAB), os equipamentos foram testados durante coletiva de imprensa.

“É uma tecnologia muito eficiente e de fácil manuseio. E nós trouxemos hoje 220 purificadores. Cada purificador tem a capacidade de purificar 5 mil litros de água por dia. Isso nos permitirá purificar 1,1 milhão de litros de água/dia”, disse Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presi-

dência (Secom), na ocasião.

De acordo com os fabricantes, o processo é bastante simples: primeiro, a água recebe cloro, passa por dois níveis de filtro particulado e acaba em uma membrana de ultrafiltração — um filtro semelhante aos usados em máquinas de diálise.

A empresa que vendeu os purificadores, a PW Tech, afirma que os instrumentos são capazes de filtrar água doce contaminada de rios, poços, lagos, açudes, cisternas, chuva, entre outros.

“Elimina 100% de vírus e bactérias e reduz 99,5% de partículas presentes na água. A água filtrada pelos purificadores é considerada potável e é 100% segura”, garante a companhia.

Giulia Granchi/BBCNewBrasil



O estádio mais antigo do Brasil que virou abrigo para cães no Rio Grande do Sul



O Estádio Boca do Lobo, o mais antigo do país, com 115 anos, tornou-se refúgio para cães em Pelotas, em meio às enchentes que deixaram um rastro de destruição no Rio Grande do Sul.

O município gaúcho, com uma população de cerca de 325 mil pessoas, é um dos 428 afetados pelas fortes chuvas (de um total de 497 cidades no Estado) que deixaram 107 pessoas mortas, afetaram mais 1,4 milhão de pessoas e atingiram também um número ainda não calculado de animais domésticos, selvagens e de produção.

Pelotas fica às margens do Canal São Gonçalo, que liga as lagoas dos Patos e Mirim. A área foi severamente castigada nos últimos dias.

De propriedade do Esporte Clube Pelotas, a Boca do Lobo recebeu centenas de

animais desde a abertura do “Canil Solidário”.

A iniciativa partiu de um grupo de associados do clube, capitaneados pelo vice-presidente, Vinícius Braga Conrad. O primeiro acolhimento foi registrado às 17h de terça-feira (7/5), e nas horas seguintes o movimento cresceu a ponto de surpreender os próprios responsáveis.

“O acolhimento começou de forma pequena, e agora temos praticamente toda a arquibancada ocupada”, afirmou Conrad à BBC News Brasil na manhã de quarta-feira (8/5).

“Tivemos a ideia pela manhã, no início da tarde tudo já estava em execução e antes mesmo do anúncio nas redes, já havia filas de pessoas querendo deixar seus pets.”

A adesão foi tão grande que, neste momento, o clube estabeleceu uma triagem mí-

nima.

“Se for preciso, a gente consegue se mobilizar e acomodar mais animais. Temos estrutura para abrigar o máximo. Mas, paralelamente, avisamos que há outros locais, alguns destinados somente a cães, outros a gatos”, explica Conrad.

O dirigente, que participa de ações de evacuação de moradores há quatro dias, está à frente de uma equipe multidisciplinar que inclui veterinários, professores universitários e voluntários.

Muitas vezes, Conrad e seus colaboradores recebem chamados pelas redes sociais e deslocam-se para recolher os animais.

Ao chegar ao estádio, os cães são examinados e recebem medicação contra pulgas e vermes. Luiz Antônio Araujo/BBCNewsBr

Tecnologia

ChatGPT pode permitir conteúdo adulto: “Estamos explorando”, diz OpenAI



A OpenAI divulgou um documento na última quarta-feira (08) pontuando alguns modelos desejados e discussões para o ChatGPT. Dentre os detalhes, o texto cita a possibilidade de algum dia a ferramenta de IA permitir a criação e interação com conteúdo adulto.

“Estamos explorando se podemos fornecer de forma responsável a capacidade de gerar conteúdo NSFW [Não seguro para o trabalho] em contextos apropriados para [determinadas] idades por meio da API do ChatGPT. Estamos ansiosos para entender melhor as expectativas do usuário e da sociedade sobre o comportamento do modelo nessa área”, diz trecho.

Citado como um rascunho de possíveis novas diretrizes, o documento da OpenAI dá exemplos de como poderiam ser os conteúdos adultos. Atualmente, se um usuário pede para o ChatGPT escrever uma história sobre duas pessoas fazendo sexo, a IA responde “não posso ajudar”.

Caso as alterações sejam feitas, o assistente virtual poderá criar uma história erótica narrando a tensão sexual entre os personagens, por exemplo.

Em outro exemplo, para contextos científicos, o ChatGPT poderá narrar de maneira sutil e educativa sobre a interação entre órgãos reprodutores.

ChatGPT não aceitará de-

epfakes

Em entrevista à NPR, agência de notícias dos Estados Unidos, Joanne Jang, executiva da OpenAI, explicou que os temas propostos na carta ainda estão sendo debatidos.

Ela pontuou que conteúdos adultos e erotismo são temas complexos e que há linhas tênues entre um e outro. Sobre o conceito de pornografia, ela disse que “depende da definição”.

“[Há] casos criativos em que o conteúdo envolvendo sexualidade ou nudez é importante para nossos usuários”, pontuou. Ela acrescentou, porém, que isso só será apresentado de acordo com a faixa etária da pessoa.

Carlos Palmeira/TecMundo

Companions: Microsoft começa a testar blocos flutuantes no Windows 11

De forma singular, a Microsoft, ao liberar a nova versão de testes do Windows para receber feedbacks, deixou escapar que pode estar investindo em uma espécie de extensão para o menu Iniciar. A novidade seriam blocos flutuantes que exibem dados relevantes, como a cotação de moedas internacionais e até mesmo a temperatura do local onde o usuário está. Veja este exemplo postado pela conta @thebookisclosed no X (antigo Twitter).

Albacore informa que a Microsoft permitirá que os dados exibidos neste menu, chamado oficialmente pela empresa de “Companions”, poderão ser escolhidos nas

configurações do Windows. As informações são captadas via internet, assim como alguns atalhos do Windows 11 que já conhecemos.

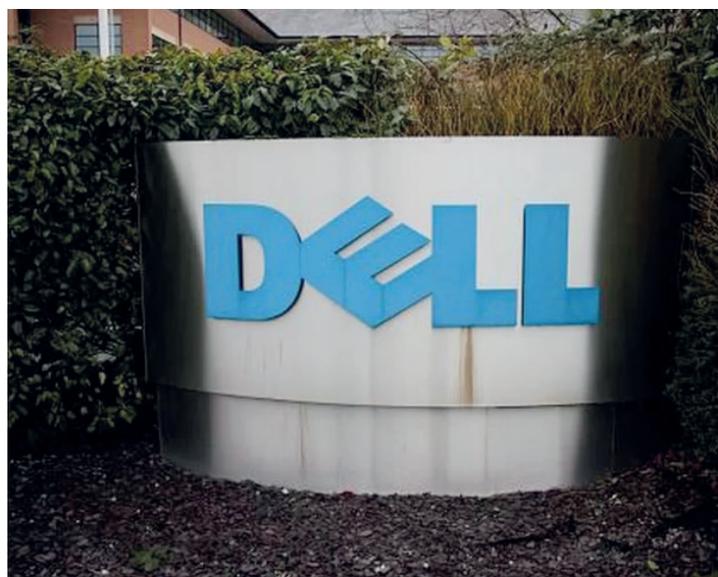
Voltando um pouco no tempo, a funcionalidade Companions nos leva direto para o Windows 8, quando os famosos Live Tiles foram lançados via Windows Phone e também para computadores.

O grande problema é que eles dependiam exclusivamente da Microsoft para funcionarem, uma vez que desenvolvedores de aplicativos não davam suporte. Por causa deste e outros fatores, os Live Tiles foram descontinuados em 2020.

Victor Pacheco Batista/TecMundo



Dell confirma que sofreu acesso indevido a dados de 49 milhões de clientes



A fabricante Dell começou a avisar consumidores a partir desta quarta-feira (8) sobre um incidente de cibersegurança em um dos servidores da empresa. Ao todo, cerca de 49 milhões de pessoas que compraram itens da marca entre 2017 a 2024 podem ter sido afetadas por uma invasão, que envolveu o acesso não autorizado a dados de clientes.

De acordo com a empresa, informações privadas como nome, endereço e a compra realizada pelo site da Dell podem ter sido expostas — o que inclui detalhes como descrição do item, data da compra e até informações de garantia.

A empresa garante que detalhes financeiros, dados bancários ou de acesso não

foram comprometidos.

“Estamos atualmente investigando um incidente envolvendo o portal da Dell, que contém uma base de dados com informações limitadas de consumidores relacionadas com compras feitas na Dell. (...) Acreditamos que não há um risco significativo para os nossos clientes, dado o tipo de informação envolvida”, diz uma nota oficial da empresa enviada ao site BleepingComputer.

Dados foram colocados à venda dias atrás

É possível que o acesso aos dados de clientes da Dell tenha ocorrido no mês passado. Isso porque o site Daily Dark Web divulgou no final de abril que uma base de dados roubada da companhia foi colocada à venda em fóruns especializados em

cibercrimes. A publicação foi deletada dias depois, o que normalmente indica que a lista pode ter sido adquirida por outro participante.

A Dell alega ainda que, por estar investigando atualmente o caso, não vai fornecer mais detalhes sobre o incidente — como qual foi o tipo de brecha explorada pelos invasores. Ainda em nota, a empresa diz que “não há indicativos de que esses incidentes estão relacionados”.

Até pelo tipo de informação obtida, criminosos podem usar os dados para se passar por falsas centrais de suporte ao consumidor e usar outros métodos de ataque de engenharia social, como links via phishing.

Nilton Kleina/TecMundo



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes. As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis em: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.

CNPJ/ME nº 12.990.881/0001-14 - NIRE 35.231.479.106 (tendo seu ato de transformação de Ltda. para S.A. em fase de registro)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2024
1. Data, Hora e Local: No dia 14 de fevereiro de 2024, às 14:30 horas, na sede social da **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.** ("Companhia"), localizada na Fazenda Santa Candida s/n, na cidade de Bocaina, estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social, Rio Casca Energética S.A., conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los a Srta. Isis Paula Cerinotti. **4. Ordem do Dia:** (i) Ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para avaliar o patrimônio líquido da Companhia; (ii) Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da companhia; (iii) Deliberar sobre a cisão total da GERAÇÃO BIOELETRICIDADE HOLDING S.A., aprovando o PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO TOTAL DA GERAÇÃO BIOELETRICIDADE HOLDING S.A. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELAS SOCIEDADES (A) GERAÇÃO BIOMASSA VISTA ALEGRE I S.A., (B) GERAÇÃO BIOELETRICIDADE VISTA ALEGRE II S.A., (C) GERAÇÃO GERAÇÃO BIOELETRICIDADE SANTA CANDIDA I S.A., E (D) GERAÇÃO BIOMASSA SANTA CANDIDA II S.A.; (iv) aprovar o aumento do capital social e as alterações estatutárias decorrentes da incorporação da parcela patrimonial cindida; (v) consolidar o estatuto social (Anexo I); e (vi) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou por: **5.1.** Ratificar a nomeação dos peritos abaixo identificados, para proceder à avaliação do patrimônio líquido da sociedade cindida, com base no critério do valor patrimonial contábil em 14 de fevereiro de 2024: (a) **Claudia Tenório de Almeida Santos**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CRC/RJ sob o número 078772/0-1 e no CPF sob o número 013.651.817-66, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028; (b) **Paulo Junior da Silva Feliciano**, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CRC/RJ sob o número 109.435/0 e no CPF sob o número 057.648.277-36, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028; e (c) **Hamilton Ferreira da Silva**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/SP sob o número 1-SP2217225 e no CPF sob o número 084.116.448-71, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028. **5.2.** Aprovar o "LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE GERAÇÃO BIOELETRICIDADE HOLDING S.A." (Anexo II - "Laudo de Avaliação") elaborado nesta data pelos peritos acima nomeados, que avaliaram em R\$ 473.165.929,38 (quatrocentos e setenta e três milhões, cento e sessenta e cinco e novecentos e vinte e nove mil e trinta e oito centavos) os valores dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido da Companhia, com base no Balanço Especial de cisão levantado em 14 de fevereiro de 2024. **5.3.** Aprovar a cisão total da **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89, e registrada na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o nº 3330032335-0 ("NIRE") doravante denominada "GBH", de acordo com as condições e pelos motivos e fins descritos no PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO TOTAL DA GERAÇÃO BIOELETRICIDADE HOLDING S.A. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELAS SOCIEDADES (A) GERAÇÃO BIOMASSA VISTA ALEGRE I S.A., (B) GERAÇÃO BIOELETRICIDADE VISTA ALEGRE II S.A., (C) GERAÇÃO BIOELETRICIDADE SANTA CANDIDA I S.A., E (D) GERAÇÃO BIOMASSA SANTA CANDIDA II S.A. (Anexo III), com incorporação da parcela patrimonial cindida pela Companhia e pelas sociedades: (a) GERAÇÃO BIOELETRICIDADE VISTA ALEGRE I S.A. sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, salas 401 a 404, Jacarepaguá (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.013.714.0001/00, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 3330032144-6, doravante denominada "VISTA ALEGRE I"; (b) GERAÇÃO BIOMASSA VISTA ALEGRE I S.A. sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, salas 401 a 404, Jacarepaguá (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.759.176/0001-36, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 333.0035299-6, doravante denominada "SANTA CANDIDA I"; **5.4.** A Companhia irá incorporar 3,25% da parcela cindida. **5.5.** Em decorrência das deliberações anteriores: (a) as 26.614.619 (vinte e seis milhões seiscientos e quatorze mil seiscientos e dezenove) ações ordinárias de titularidade da acionista GBH no capital da Companhia serão canceladas; e (b) a incorporação da parcela cindida resultará no aumento do capital social da no valor de R\$ 24.532.900,62 (vinte e quatro milhões quinhentos e trinta e dois mil e novecentos reais e sessenta e dois centavos), passando de R\$ 26.614.619,00 (vinte e seis milhões seiscientos e quatorze mil seiscientos e dezenove reais e sessenta e dois centavos) para R\$ 51.147.519,62 (cinquenta e um milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), mediante a emissão de 26.614.619 (vinte e seis milhões seiscientos e quatorze

mil seiscientos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais serão atribuídas para os acionistas Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Santo Ivo Energética S.A., Sergio Feijão Filho, Luiz Antonio Machado, Amadeu Zamboni Neto, José Clovis Ribeiro Pinto, exatamente na mesma proporção de participação que estes detêm GBH, conforme segue:

Acionista	Quantidade de Ações	Percentual
Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	25874663	97,2197443
Santo Ivo Energética S.A.	739952	2,7802504
Sergio Feijão Filho	1	0,0000030
Luiz Antonio Machado	1	0,0000010
Amadeu Zamboni Neto	1	0,0000004
José Clovis Ribeiro Pinto	1	0,0000009
Total	26.614.619	100

5.6. Em consequência da cisão total, com o aumento do capital social da Companhia, aprovada acima, alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar nos seguintes termos: **"Artigo 5º** - O capital social é R\$ 51.147.519,62 (cinquenta e um milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões seiscientos e quatorze mil seiscientos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." **5.7.** Em razão das deliberações ora aprovadas, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I. **5.8.** Estabelecer que nos termos do art. 233, parágrafo único, da Lei das S.A., VISTA ALEGRE I, VISTA ALEGRE II, SANTA CANDIDA I e SANTA CANDIDA II sucederão a GBH a título universal em relação exclusivamente aos bens, direitos, ativos e passivos referentes aos percentual da Parcela Cindida, sem qualquer tipo de solidariedade entre elas com relação aos passivos e obrigações que não lhe foram vertidos. **5.9.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação da incorporação, pela Companhia, de parte da parcela patrimonial cindida GBH. **5.10.** Para fins de cumprimento de normas da Junta Comercial do Rio de Janeiro, constitui com Anexo IV, após sua realização, a ata da Assembleia Geral Extraordinária da GBH, realizada nesta data, aprovando a sua cisão total com incorporação de parte da parcela patrimonial cindida pela Companhia. **5.11.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelas acionistas e pelos integrantes da mesa que a presidiram. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes - Secretária Designada. Acionista: GERAÇÃO BIOELETRICIDADE HOLDING S.A. (neste ato representada por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Bocaina, RJ, 14 de fevereiro de 2024. **Isis Paula Cerinotti** - Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** - Presidente da Mesa. **Anexo I - Estatuto Social. Capítulo I: Sede, Objeto e Duração. Denominação e Características. Artigo 1º.** A Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A. (doravante apenas SANTA CANDIDA I ou Companhia) é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências. Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Estado de São Paulo, Cidade de Bocaina, na Fazenda Santa Candida s/n, CEP 17240-000, podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria. **Objeto Social. Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Usina Termo Elétrica ("UTE Santa Cândida I" ou "UTE"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela UTE; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a UTE; e (d) a comercialização de créditos de carbono. **Duração. Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social e das Ações. Do Capital Social. Artigo 5º.** O capital social é R\$ 51.147.519,62 (cinquenta e um milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), dividido em 26.614.619 (vinte e seis milhões seiscientos e quatorze mil seiscientos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Das Ações. Artigo 6º.** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Integralização. Artigo 7º.** O acionista subscritor de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor das prestações em atraso. **Capítulo III: Da Assembleia Geral. Competência. Artigo 8º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação. Artigo 9º.** A Assembleia Geral será sempre convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência ou impedimento, por qualquer outro Diretor. O Presidente da Assembleia elegerá, entre os presentes, o Secretário. **Parágrafo único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária. Artigo 10.** Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária. Artigo 11.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV: Da Administração da Companhia. Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente. 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos nos seus

cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empossados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, e desde que o número de membros remanescentes seja menor do que o mínimo previsto no caput deste artigo, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões. Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **Parágrafo Terceiro.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **Parágrafo Quarto.** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Sociedade. Artigo 14.** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 (dois) Diretores conjuntamente, por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 (dois) procuradores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **Parágrafo Segundo.** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 (um) de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 15.** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo Único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 (um) ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula ad iudicia. **Competência. Artigo 16.** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 17.** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (c) Convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Único.** Em suas ausências e impedimentos temporários ou permanente, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente. **Artigo 17-A.** Ao Diretor Vice-Presidente compete substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais ou ausência temporária ou permanente, praticando todos os atos de competência do substituído. **Artigo 18.** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração. Artigo 19.** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo V: Do Conselho Fiscal. Composição e Funcionamento. Artigo 20.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 21.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 22.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI: Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social. Artigo 23.** O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras. Artigo 24.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembleia Geral. **Destinação dos Resultados. Artigo 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo.** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro.** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários. Artigo 26.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII: Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 27.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **Parágrafo Único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII: Disposições Finais. Artigo 28.** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela legislação brasileira aplicável a este tipo societário. Bocaina, SP, 14 de fevereiro de 2024. **Isis Paula Cerinotti** - Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** - Presidente da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 193.138/24-4 em 30/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Copa S.A. Companhia de Obras Pariqueira Açú

CNPJ nº 33.253.106/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores arredondados em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Receita líquida de vendas	2023	2022
Ativo circulante	19.320.224	21.503.139	Passivo circulante	12.309.429	10.142.967	87.843.960	129.779.254	
Caixa e equiv. de caixa	8.940.224	6.886.419	Fornecedores	8.121.595	7.546.518	Custo operacionais	(81.540.865)	(120.140.865)
Cientes a receber	8.321.862	13.389.405	Impostos e contribuições a recolher	941.328	1.189.441	Lucro bruto	6.303.096	9.638.390
Adiantamento a fornecedores	-	34.133	Salários e obrigações trabalhistas	2.213.339	1.407.008	Despesas operacionais:		
Tributos a recuperar	1.953.713	1.193.182	Outros passivos	1.033.167	-	Comerciais	(2.547.755)	(2.207.165)
Outros ativos	104.426	-	Passivo não circulante	2.619.970	3.000.000	Administrativas	(4.548.714)	(3.231.133)
Ativo não circulante	20.571.638	13.664.472	Partes relacionadas	2.619.970	3.000.000	Outras (despesas) receitas	(475.154)	(1.849.369)
Realizável a longo prazo	-	-	Patrimônio líquido	24.962.463	22.024.644	Resultado operacional	(1.268.527)	2.350.723
Partes relacionadas	4.988.455	5.444.897	Capital social	10.925.000	10.925.000	Receita financeira	6.092.917	1.166.930
Outros ativos	6.000.000	-	Reserva de capital	8.146.891	8.000.000	Despesa financeira	(357.421)	(279.335)
Ativo fiscal diferido	-	80.573	Lucros acumulados	5.890.572	3.099.644	Resultado financeiro líquido	5.735.496	887.596
Imobilizado	9.583.183	8.139.003	Total do passivo e patrimônio líquido	39.891.862	35.167.611	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	4.466.969	3.238.319
Total do ativo	39.891.862	35.167.611				IRPJ e CSLL diferidos	(1.529.150)	(400.601)
						Resultado líquido do exercício	2.937.819	2.837.718

Renato Redis - Diretor Administrativo
 Lucas Francisco Bugati da Cunha
 Contador - CRC nº 1SP295199-03

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

Supricorp Suprimentos Ltda.

CNPJ nº 54.651.716/0001-88

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022	Receita operacional líquida	2023	2022
Ativo circulante	113.050	101.971	Passivo circulante	119.972	123.279	493.262	407.935	
Disponibilidades e equiv. de caixa	630	1.643	Empréstimos	24.791	41.546	Custos das mercad. vendidas	(375.781)	(313.933)
Contas a receber de clientes	69.245	56.210	Fornecedores	75.861	61.469	Resultado operacional bruto	117.481	94.002
Outras contas a receber	639	796	Obrigações trabalhistas e sociais	2.250	1.881	(Despesas) receitas operacionais:		
Estoques	37.399	41.760	Provisões trabalhistas	3.980	3.544	Operacionais:	(91.573)	(83.281)
Adiantamentos	222	203	Impostos, taxas e contribuições	2.634	1.837	Despesas de pessoal	(44.122)	(36.252)
Tributos a recuperar	4.182	958	Outras contas a pagar	10.456	13.002	Despesas comerciais	(6.746)	(8.242)
Despesas de exercício seguinte	733	401	Passivo não circulante	621	3.209	Despesas administrativas	(39.318)	(39.763)
Ativo não circulante	37.150	41.442	Empréstimos e financiamentos	4	2.625	Despesas tributárias	(1.405)	(795)
Realizável a longo prazo	3.418	5.396	Provisão para contingências	617	584	Outras receitas/despesas	18	1.771
Impostos diferidos	3.418	5.396	Patrimônio líquido	29.607	16.925	Resultado operacional líquido	25.908	10.721
Investimentos	2.445	2.445	Capital social	29.532	29.532	Resultado financeiro	(6.799)	(7.513)
Imobilizado	31.287	33.601	Lucro / prejuízos acumulados	75	(12.607)	IRPJ e CSLL sobre o lucro	(6.449)	(1.124)
Total do ativo	150.200	143.413	Total do passivo	150.200	143.413	Lucro líquido do exercício	12.660	2.084
						Lucro líquido por quota em reais	0,43	0,07

Ricardo Simões Zaninotto - Sócio-Diretor

Edson Fernandes Baltar - CT - CRC 1SP 173966/0-7

Criptomoedas: bitcoin recua, ainda com ajustes após rali recente; ethereum avança

O bitcoin caiu nesta sexta-feira, 10, ainda com fôlego limitado após rali no início do ano, puxado pelo halving e a aprovação de fundos de índice (ETF, na sigla em inglês) nos Estados Unidos. O ethereum, por outro lado, avançou, interrompendo fraqueza recente.

Por volta das 16h30 (de Brasília), o bitcoin recuava 2,43%, a US\$ 60.692,15 (R\$ 313.171,50), enquanto o ethereum avançava 1,32%, a US\$ 3.028,20.

A Navelier considera que o bitcoin sofre recentemente com o avanço dos juros dos

Treasuries. Segundo a gestora de investimentos, a criptomoeda se sustentava acima de US\$ 63 mil, porém houve movimento de perdas após o avanço dos retornos dos bônus, com reavaliações sobre a persistência da inflação e a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

Entre dirigentes, hoje a postura mostrada em declarações era de "esperar para ver" o rumo da inflação, com cautela antes de qualquer decisão sobre cortar juros. Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de maio de 2024, às 10h00min *
2º LEILÃO: 29 de maio de 2024, às 15h00min *
 (* horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto ao presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PUBLICO LEILÃO** de modo **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pela Credora Fiduciária **GAFISA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.545.826/0001-07, nos termos da Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada aos 14/09/2011, Escritura de Retificação, Ratificação e Aditamento lavrada aos 01/10/2014 e Escritura de Retificação e Ratificação lavrada aos 01/06/2017, firmado com o **Fiduciante EDUARDO BARBOSA DA SILVA**, portador da carteira de identidade nº 18.391.650-5/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 140.219.728-46, residente e domiciliado em Santo André/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 1.150.000,00 (Um milhão e cento e cinquenta mil reais – atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel matriculado sob nº **122.592 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo/SP**, com propriedade consolidada conforme Av.9, constituído pelo "Apartamento nº 233, situado no 23º pavimento do EDIFÍCIO PREMIERE (TORRE B), parte integrante do empreendimento imobiliário denominado CONDOMÍNIO NOVA PETRÓPOLIS PRIME LIFE, com acesso pela Avenida Wallace Simonsen, nº 555, com a área privativa de 128,160m², área comum de 96,133m² (sendo área coberta de 71,636m² e descoberta de 24,497m²), já incluída a área correspondente a duas vagas de garagem indeterminadas, localizadas na garagem coletiva, a serem utilizadas com o auxílio de manobrista, perfazendo a área total de 224,293m², equivalente a fração ideal de 0,003066 do terreno, com área total edificada de 199,796m². O Condomínio Nova Petrópolis Prime Life está construído em terreno com a área de 8.245,71m². A composição da unidade e suas confrontações seguem melhor descritas na respectiva Matrícula imobiliária." Consta conforme R.6 a alienação fiduciária em favor da GAFISA S.A. **Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 1.094.484,91 (Um milhão, noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos – nos termos do art. 27, § 2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão. Dentro de 90 (noventa) dias contados da arrematação, se houver, a VENDEDORA se responsabilizará pelas providências e despesas necessárias ao levantamento das indisponibilidades/restrições averbadas na matrícula do imóvel até a data do leilão. Todos e quaisquer tributos (incluindo IPTU), tarifas, encargos, despesas condominiais, etc, além da regularização de quaisquer restrições que incidam sobre a matrícula (hipoteca, etc) que incidirem sobre o IMÓVEL até a data do Leilão (inclusive) são de única e exclusiva responsabilidade dos VENDEDORES, e a partir da data do leilão passarão a ser de responsabilidade do ACRREMATANTE, independente de já terem recebido a posse e/ou lavrado a escritura. **Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).** (10, 11 e 14/05/2024)

Droper Tecnologia e Serviços Ltda.
 CNPJ/MF nº 41.385.557/0001-75 – NIRE 35.237.011.963

Edital de Convocação da Assembleia de Sócios da Droper Tecnologia e Serviços Ltda. a ser realizada no dia 20 de Maio de 2024

Ficam convocados os Senhores quotistas da **Droper Tecnologia e Serviços Ltda.** ("Sociedade"), na forma prevista no artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e na **Cláusula 9ª** do Contrato Social da Sociedade ("Contrato Social"), para se reunirem em Assembleia de Sócios para se realizar de forma semipresencial, conforme autorizado pela Lei nº 14.030/2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial (DREI), datada de 10 de junho de 2020, no dia **20 de maio de 2024**, às 14h00, em primeira convocação e, em caso de não instalação, no dia **28 de maio de 2024**, às 14h00, em segunda convocação, na sede da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Paulino Carlos, nº 116, Bairro Paraíso, CEP 04.006-040 e, de forma digital, por meio de videoconferência ("Assembleia de Sócios"), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para formalizar a cessão e transferência das 8.360 (oito mil, e trezentas e sessenta) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detidas pelo sócio **Paulo Zhu Xiao Yang** ao sócio **Lak Jung Son**; (ii) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para formalizar a cessão e transferência das 15.440 (quinze mil, quatrocentas e quarenta) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detidas pelo sócio **Paulo Zhu Xiao Yang** para a tesouraria da Sociedade; (iii) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para formalizar a cessão e transferência das 7.320 (sete mil, trezentas e vinte) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detidas pelo sócio **Paulo Zhu Xiao Yang** ao sócio **Otávio Campos de Barros**; (iv) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para formalizar a cessão e transferência das 3.399 (três mil, trezentas e noventa e nove) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, detidas pelo sócio **Aristides Novelli Filho** ao sócio **Lak Jung Son**; (v) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade (Capital Social) para alterar a Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade em razão das cessões e transferências de quotas acima descritas; (vi) tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo sócio-administrador **Paulo Zhu Xiao Yang**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 58.024.553-6 (SSP/SP), CPF 227.670.688-09, com endereço na Rua da Alfandega, 200, Suc 12, Bairro Brás, CEP 030.06-030 ao cargo de administrador da Sociedade; (vii) eleger a Sra. **Agatha Melo Roque**, brasileira, casada, engenheira, portadora do RG nº 396938115 (SSP/SP), CPF 422.292.658-22, residente e domiciliada na Rua Caio Prado, 363, apartamento 1413, Bairro Consolação, CEP 013.03-001, São Paulo, SP para o cargo de administrador da Sociedade, com prazo de mandato indeterminado; (viii) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para, em adição às matérias previstas acima, alterar a Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade (Administração), de modo a consignar que a administração da Sociedade será exercida pelo Sr. Alberto Roque e pela Sra. Agatha Melo Roque, caso eleita nos termos do item "(viii)" acima; (ix) caso eleita nos termos do item "(viii)" acima, estabelecer o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais brutos a serem pagos à título de *pro-labore* para a Sra. Agatha Melo Roque na condição de administradora da Sociedade, com a consequente alteração do Parágrafo Nono da Cláusula 7ª (Administração) do Contrato Social da Sociedade para consignar o *pro-labore* a ser pago para a Sra. Agatha Melo Roque, caso aprovado nos termos deste item "(ix)"; (x) aprovar a celebração da 3ª Alteração do Contrato Social da Sociedade para consolidar o Contrato Social da Sociedade, em razão das alterações decorrentes das matérias previstas acima; e (xi) autorizar a administração da Sociedade a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à efetivação das deliberações previstas neste Edital de Convocação, caso aprovadas na Assembleia de Sócios, nos termos da legislação vigente. **Informações Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do Artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), aplicável supletivamente à Sociedade. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §§ 1º e 2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais sócias da Sociedade somente poderão ser representadas na reunião por procurador que seja sócio, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Link para participação via videoconferência: https://teams.microsoft.com/j/Meetup-join/19%3ameeting_Nic10Dg2Yzgt-MmMwN00MTJhLWJ3YQhMmN0QGY5MjknNGY0%40tread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22ea803e51b7d4d0191986ad769db2115%22%2c%22oid%22%3a%22a73e141d347c4766bbd0767c6e18e418%22%7d. São Paulo/SP, 10 de maio de 2024. **Alberto Roque** – Sócio-Administrador. (11 e 14/05/2024)

Tusta Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.
 CNPJ/ME nº 40.316.750/0001-91 – NIRE 35.300.562.674

Sociedade por Ações de Capital Fechado

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022

I. Data, Hora e Local: Aos 29/04/2022, às 13:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Cassiano Ricardo 521, 3º andar, sala 06, torre B, Jardim Aquarius, São José dos Campos-SP. **II. Convocação e Presença:** Foram convocados por escrito, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam: (i) **Eldorado Administração e Participações Imobiliárias Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 21.354.761/0001-11, com sede na Av. Cassiano Ricardo nº 521, 3º andar, Torre "B", sala 04, Jardim Aquarius, em São José dos Campos-SP, representado por seu sócio o Sr. **Denis César Correia**, portador do RG nº 20.446.916-8, e do CPF nº 103.540.518-06 e (ii) **Carlos Antonio Tamaki**, portador do RG nº 23.854.594-5, OAB/SP 382.533, e do CPF/ME sob nº 279.499.848-05. **III. Mesa:** Srs. **Denis César Correia** ("Presidente"), e **Carlos Antonio Tamaki** ("Secretário"). **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o exame e discussão das contas do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis publicadas no dia 27/04/2022 no jornal Data Mercantil; (ii) a destinação dos resultados apurados no ano de 2021 e a incorporação do prejuízo do ano ao saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores; (iii) eleição do Conselho Fiscal e (iv) fixação de honorários. **V. Deliberações:** Foi (i) realizada a leitura das demonstrações contábeis, relativas ao exercício com término no dia 31/12/2021, publicada em 27/04/2022. Logo após foram os referidos documentos postos em votação. (ii) aprovação, por unanimidade e sem qualquer ressalva, o registro do prejuízo referente ao ano 2021, no montante de R\$ 1.078.247,71, na conta Prejuízos Acumulados da Companhia. (iii) Os acionistas deliberaram pela não instalação do Conselho Fiscal e (iv) a não fixação de honorários. Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo para ser deliberado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas presentes, que representam a totalidade de ações da Companhia, juntamente com os membros da mesa. Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes, que a subscrevem. São José dos Campos, 29/04/2022. **Denis César Correia** – Presidente; **Carlos Antônio Tamaki** – Secretário. Acionistas: **Eldorado Adm. Part. Ltda.**, Denis César Correia; **Carlos Antônio Tamaki**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 257.643/22-9 em 24/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Genco Holding Participações S.A.
 CNPJ/ME nº 43.296.632/0001-57 - NIRE 35 300 575 717

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024

Data/Hora/Local: Em 26/04/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz**, Secretária: **Marcia Pacianotto Ribeiro**. **Deliberações Aprovadas: Em AGO:** Demonstrações Financeiras publicadas no jornal **Data Mercantil**, dos dias 01 a 03/04/2024, nas páginas 06 e 07. (i) Aprovação de Contas, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. (ii) Foi aprovado o resultado no exercício de 2023 no valor de R\$ 21.283.044,78, sendo destinados: **a.** R\$ 1.064.152,24 para conta de reserva legal, atendendo ao disposto na Lei das Sociedades Anônimas; **b.** R\$ 8.589.052,63 como dividendos aos seus acionistas, proporcionalmente, da seguinte forma: **i.** R\$ 48.000,00 e R\$ 120.000,00, foram antecipados, respectivamente, aos acionistas Carlos Baccan Netto e Henrique Coelho Casotti, nos termos da AGE de 03/04/2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo, sob o nº 225.034/23-2; e **ii.** R\$ 8.336.842,10, foram distribuídos aos acionistas, em 31/01/2024, nos seguintes termos (i) R\$ 2.700.000,00 ao acionista Alan Zelazo, equivalente a sua participação aproximada; (ii) R\$ 2.700.000,00 ao acionista Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, equivalente a sua participação aproximada; (iii) R\$ 1.600.000,00 ao acionista Carlos Baccan Netto, equivalente a sua participação aproximada; (iv) R\$ 999.915,79 ao acionista Henrique Coelho Casotti, equivalente a sua participação aproximada; (v) R\$ 126.315,79 ao acionista Diego de Oliveira Velloso, equivalente a sua participação aproximada; (vi) R\$ 126.315,79 ao acionista Kaião Carlos Gomes, equivalente a sua participação aproximada; (vii) R\$ 84.210,53 ao acionista Adriano Cezario de Oliveira, equivalente a sua participação aproximada; (viii) R\$ 84.210,53 ao acionista Marcia Pacianotto Ribeiro, equivalente a sua participação aproximada. **c.** R\$ 11.629.839,91 para a conta de reserva de lucro, os quais podem ser destinados pelos acionistas em nova assembleia. **Em AGE:** (i) Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia para Cidade de São Paulo/SP, Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 92, sala 18, Cidade Jardim, CEP: 05.676-120. (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. São Paulo/SP, 26/04/2024. JUCESP nº 196.567/24-5 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado.**

Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Genco Holding Participações S.A. é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 92, sala 18, Cidade Jardim, CEP: 05.676-120, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). **Artigo 4º -** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Do Capital. Artigo 5º -** O capital social é de R\$ 50.148.990,10, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 50.148.990 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º -** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§2º -** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º -** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º -** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º -** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 7º -** A administração da Companhia será exercida por diretoria composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 10 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiros e os demais membros Diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, com prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§1º -** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º -** A investidora dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º -** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pela Assembleia Geral. **Artigo 9º -** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º -** Observado o disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, assim como a prática dos atos previstos no Artigo Nono, deve ser exercida mediante: (a) assinatura conjunta de 2 diretores; (b) assinatura de 1 Diretor em conjunto com a de um procurador, regularmente constituído para a prática dos poderes específicos outorgados na respectiva procuração e de acordo com a extensão dos poderes nela contidos; e/ou (c) assinatura por um único procurador somente perante órgãos públicos e empresas estatais, como Receita Federal, Juntas Comerciais, INSS, DRT, dentre outros, desde que sua representação ocorra em estrita conformidade com os poderes conferidos na procuração. **§1º -** As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas por 2 Diretores, e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad judicium et extra, inclusive para procedimentos arbitrais, que a Diretoria venha a autorizar em cada caso. **§2º -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou colaborador que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados nos termos deste Estatuto Social. **Artigo 11º -** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Artigo 12º -** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 13º -** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único -** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI. Disposições Gerais. Artigo 14º -** O exercício social da companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 15º -** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 16º -** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 17º -** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 18º -** A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 19º -** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sintel Tecnologia e Informação S.A.
 CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.300.459.750

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/04/2024

Data/Hora/Local: 26/04/2024, 10hs, em sua sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente, **Carlos Wagner dos Santos**; Secretário, **José Antônio Costardi dos Santos**. **Deliberações aprovadas:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, cujas publicações foram realizadas em 24/04/2024, no jornal Data Mercantil, na página 14. Aprovam o Resultado do exercício social supracitado. Nada mais. Acionistas: Carlos Wagner dos Santos e José Antônio Costardi dos Santos. "A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio". São Paulo, 26/04/2024. Carlos Wagner Dos Santos, Presidente; José Antônio Costardi dos Santos, Secretário. JUCESP nº 195.815/24-5 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.
 CNPJ/ME nº 12.990.881/0001-14

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da **Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.** a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizarão em sua sede social, na Fazenda Santa Cândida s/nº, CEP 17240-000, na Cidade de Bocaina, Estado de São Paulo, CEP 17240-000, às 17:00 horas do dia 21 de maio de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) re ratificar o Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário datado de 13 de fevereiro de 2024 acerca das informações referente ao jornal no qual deverá ocorrer todas as publicações da sociedade; (ii) ratificar a aprovação de contas relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias ocorridas em 21 de dezembro de 2021 e 05 de abril de 2022; **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativa ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; (ii) reeleger e eleger os diretores da Companhia; (iii) deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (iv) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 10/05/2024. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor. (11, 14 e 15/05/2024)

comercial@datamercantil.com.br

CMN confirma aval para a prorrogação de crédito rural em municípios do Rio Grande do Sul

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu em reunião extraordinária nesta sexta-feira, 10, autorizar as instituições financeiras, em caráter emergencial, a prorrogar para 15 de agosto as parcelas de principal e juros das operações de crédito rural de custeio, investimento e comercialização que tenham vencimento de 1º de maio a 14 de agosto deste ano. A decisão foi antecipada pelo Broadcast Agro.

De acordo com a Fazenda, que divulgou nota para informar a decisão, a medida visa a minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais e agricultores familiares atingidos pelas chuvas nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública no período de 30/4 a 20/5/2024, reconhecida pelo governo federal.

As operações de crédito rural serão corrigidas pelos encargos financeiros contratuais pactuados para a situação de normalidade, podendo ser mantidas as fontes de recursos originalmente contratadas. No caso das operações, podem ser prorrogadas aquelas que estavam adimplentes em 30 de abril deste ano.

Como mostrou o Broadcast Agro, o assunto vinha sendo discutido internamente no governo desde a última segunda-feira dentro do pacote de medidas de socorro ao Estado. O pedido da suspensão foi feito pela Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Farsul). O prazo acordado para a prorrogação supera o pleito feito pelo Ministério da Agricultura, que defendia a interrupção do pagamento por 90 dias.

NEW LUMEN PERFIS S.A.

CNPJ: 54.782.488/0001-85 - NIRE: 35.300.636.236

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 14 de março de 2024

Aos 14/03/2024, às 10 horas reuniram-se em primeira convocação, à Rua Mossamedes, 48 Bairro: Cidade Aracília - Guarulhos - SP, os senhores subscritores do capital da Cia, em organização, os quais representam mais da metade do capital social, de acordo com o que foi constatado e verificado na lista de presença, bem como conferida com os boletins de subscrição. Por aclamação, o fundador, Sr. Marcos Vinício Fernandes, assumiu a presidência desta reunião. Pelo Presidente foi lida a Ordem do Dia, a qual segue: 1. Deliberar sobre a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, sob a denominação New Lumen Perfis S.A., Deliberar sobre o Capital Social e sua integralização; 2. Submeter o projeto do Estatuto Social da sociedade para aprovação; 3. Deliberar pela aprovação da eleição da Diretoria pela aprovação da eleição da Diretoria da Cia; 5. Deliberar sobre a aprovação da eleição da Diretoria da Cia. Dando início aos trabalhos, em atenção a ordem do dia a qual segue: 1. Fica aprovada a constituição sob formato de sociedade anônima de capital fechado, não financeira, com a denominação de New Lumen Perfis S.A., com sede na Rua Mossamedes, 48 Bairro: Cidade Aracília - Guarulhos - SP. Passando ao item 2. Fica aprovado o Capital Social de R\$ 100.000,00, representado por 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas neste ano. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em moeda corrente de R\$ 10.000,00 depositados em conta vinculada no Banco do Bradesco, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com o Boletim da Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nº I e nº II, anexos a esta ata de Assembleia de Constituição. Dando continuidade à ordem do dia, o item 3. Fica aprovado o projeto do Estatuto Social da Sociedade, cuja redação consolidada constitui o documento nº III anexo a esta Ata, dando-se assim por efetivamente constituída a S.A. New Lumen Perfis S.A. em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. Seguindo com o rito do dia, o item 4. Fica aprovada a eleição para cargo de Diretoria os Srs. Carlos Lourenço Borges e Marcio Siantarari Tuci, com mandato de 3, ou seja, pelo período de 14/03/2024 a 13/03/2027, o qual declara, sob penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. para a investidura em cargo de administração da cia, não estando impedido para o exercício de atividade empresarial, ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Sem mais que deliberar e como nenhum dos presentes pediu a palavra o Presidente encerrou esta Assembleia Geral, sendo a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Marcio Siantarari Tuci - Diretor, Carlos Lourenço Borges - Diretor, **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º -** New Lumen Perfis S.A., é uma S.A., regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Rua Mossamedes, 48 Bairro: Cidade Aracília - Guarulhos - SP. Artigo 3º - A sociedade, por deliberação da diretoria, poderá abrir filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, e participar de outras Sociedades. Artigo 4º - A sociedade tem por objeto a fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias, recuperação de sucatas de alumínio e comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas. Artigo 5º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. Do Capital Social e das Ações - Artigo 6º - O capital social e de 100.000,00, todo ele realizado e dividido em 100.000,00 ações ordinárias, de valor unitário de R\$ 1,00 cada uma. Artigo 7º - A AG tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Cia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. Artigo 8º - A AG será instalada por um de seus Diretores, que a presidirá escolhendo um ou mais secretários. Artigo 9º - A AG reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei. Artigo 10º - A AGE reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, mediante o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e nesse estatuto. Artigo 11º - Compete à AG: I - Fixar a orientação geral dos negócios da Cia, aprovando as diretrizes políticas e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Cia e de suas controladas; II - Aprovar os planos de trabalhos e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Cia e de suas controladas; III - Eleger e destituir os Diretores da cia e fixar-lhes as atribuições; IV - Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Cia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos; V - Fixar a remuneração global anual dos diretores; VI - Atribuir aos Diretores, parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Cia, inclusive intermediários, respeitando as limitações e disposições estatutárias e legais; VII - Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, e autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base em resultados apurados em balanço intermediário do exercício em curso; VIII - Fixar o voto a ser dado pelo representante da cia nas AGs e reuniões das sociedades em que participe como acionistas e aprovar previamente as alterações do contrato social das sociedades em que a Cia participa como quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Cia; IX - Aquisição e alienação, a qualquer título, de bens imóveis; X - Participação da cia no capital de outras sociedades; XI - Alienação a qualquer título, transferência ou cessão a qualquer título ou ainda oneração de parte substancial do ativo permanente da Cia, como tal entendendo-se (i) bens ou direitos que representem mais de 10% do patrimônio líquido; (ii) direitos, licenças, autorização, permissão ou concessão governamentais de que seja titular a Cia; (iii) qualquer participação societária contabilizada no ativo permanente ou (iv) bens imóveis, sendo que nos casos (ii) a (iv) supra, independentemente do respectivo valor, e, inclusive quando se tratarem tais alienações, transferências e/ou cessões, de capital das sociedades controladas ou coligadas; XII - Compra, amortização e ou resgate de ações, emissão de debêntures, bônus de subscrição ou partes

beneficiárias pela Cia, prestação de fiança, aval ou outra garantia a favor de terceiros ou de empresas, direta ou indiretamente coligada, controlada ou associada a esta Cia. XIII - Alteração do Estatuto Social, dissolução, transformação, fusão, cisão ou incorporação. XIV - Critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e ou nas vendas) da Diretoria e dos empregados em geral da sociedade em que a Cia houver efetuado investimento ou das cias controladas, diretas ou indiretamente, pela Cia, ou coligadas ou as suas controladas. XV - Participação das sociedades em que a Cia houver efetuado investimento ou das cias controladas, direta ou indiretamente, pela Cia, ou a elas coligadas, em novas atividades e negócios. XVI - Quaisquer negócios ou contratos entre a Cia e seus administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Cia), suas controladas ou controladoras ou controladas de suas controladoras, qualquer que seja o valor, ou autorização da celebração dos contratos que não atendam a essas condições; XVII - Quaisquer contratos de longo prazo, empréstimos, financiamentos ou emissão de títulos da dívida entre a Cia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações. XVIII - Decisões relativas à política de investimentos e/ou à estrutura de capital da Cia e das sociedades em que a Cia houver efetuado investimento ou das cias controladas, direta ou indiretamente pela Cia, ou coligadas as suas controladas. XIX - Aprovação dos negócios e deliberações referidas neste artigo pelas controladas da Cia ou sociedade a elas coligadas; XX - Autorização de quaisquer investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcios ou sociedade em conta de participação. Artigo 10 - A convocação da AG compete à Diretoria e será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou acionista por ele convidado, ou ainda, por acionista designado por aclamação dos presentes. Artigo 11 - As deliberações da AGOE serão tomadas, sem exceção, pela maioria absoluta do capital votante. Capítulo IV - Da Administração - Artigo 12 - A Cia será administrada por uma Diretoria, na forma prevista em Lei e neste Estatuto. § 1º - A AG fixará o montante global da remuneração dos administradores, cuja distribuição interna se fará pelos Diretores, em atenção aos critérios fixados no caput do artigo 152 da Lei nº 6.404/76. Artigo 13 - A Diretoria será composta por um membro, acionista ou não, residente no País, eleito pela AG, e por ele destituível a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, permitido a reeleição, assim designado: Diretor Presidente. § 1º - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá a Assembleia geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos. § 2º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Cia. § 3º - Os mandatos dos Procuradores serão sempre assinados por 1 Diretor e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a 2 anos. § 4º - A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Cia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que reunir a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário. § 5º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, sendo que a convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. § 6º - A reunião instalar-se-á com a presença do Diretor, que representará a maioria dos membros da Diretoria, e as atas das reuniões com as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. Artigo 14 - Compete especificamente ao Diretor Presidente: I - Submeter à aprovação da AG os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Cia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados; II - Coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões; III - Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Cia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral; IV - Coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade; V - Exercer a supervisão de todas as atividades da Cia; VI - Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. Artigo 15 - Todos e quaisquer atos, sem exceção, que implicarem responsabilidade ou gerarem obrigações para a Cia ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos com a assinatura isolada do Diretor Presidente, podendo ainda, movimentar em qualquer estabelecimento bancário ou de crédito em geral, em todo o território nacional, abrir e encerrar contas correntes, depositar ou sacar valores, emitir cheques, celebrar contratos de crédito, realizar quaisquer transações bancárias, sacar mesmo a descoberto, assinar papéis e documentos, requisitar taídes de cheques, reconhecer, transigir, receber, passar recibo, dar e receber quitação. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 16 - O Conselho Fiscal, que será eleito e instalado pela Assembleia geral em que for solicitado o seu funcionamento, compor-se-á de três membros efetivos e de igual número de suplentes. § primeiro - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. § segundo - Os suplentes substituirão os membros efetivos, automaticamente, na ordem de sua designação. Capítulo VI - Do Exercício Social - Artigo 17 - O exercício social começa a dia 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. Artigo 18 - Os órgãos da administração apresentarão a assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecidos os dispositivos legais. Parágrafo único - Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo, equivalente a parcela de 25% do lucro líquido de cada exercício. Artigo 19 - Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração julgar oportuno. § único - Os balanços gerais a que alude o presente artigo serão transcritos no livro "Diário". Capítulo VII - Da Dissolução, Liquidação e Extinção - Artigo 21 - A dissolução e a liquidação com consequente extinção da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. Artigo 22 - Compete ao Conselho de Administração, se mantido pela assembleia geral, a escolha e nomeação do liquidante. Artigo 23 - A assembleia geral que determinar a dissolução da sociedade escolherá os membros do Conselho Fiscal que acompanhará a liquidação. Artigo 24 - Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. Guarulhos, 14/03/2024. São Paulo, 27/06/2023. Marcio Siantarari Tuci - Diretor. Carlos Lourenço Borges - Diretor. Advogado: Marcio Rodrigues Pereira Moreira - OAB/SP: 476.898. Jucesp - NIRE 35.300.636.236 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ministério envia a 12 estados doses da nova vacina contra covid-19

O Ministério da Saúde distribui a 12 estados as primeiras doses da vacina atualizada contra a covid-19. Esses lotes são parte de um total de 12,5 milhões de doses adquiridas pela pasta e que desembarcaram no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, no dia 2. A distribuição começou na quinta-feira (9) e teve continuidade nesta sexta (10).

Na quinta-feira, as secretarias de Saúde do Paraná, de Goiás, do Maranhão e de Mato Grosso receberam os primeiros lotes. Nesta sexta-feira, a previsão era de que mais oito estados recebessem os estoques do imunizante contra a covid-19 com a versão atualizada: Amapá, Ceará, Espírito Santo, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, de Rondônia e Santa Catarina. De acordo com Ministério da Saúde, todas as demais unidades da federação receberão o carregamento com as novas vacinas nas próximas semanas.

Público-alvo
As novas doses contra variantes do coronavírus que estão sendo distribuídas são destinadas à imunização dos públicos-alvo. Entre eles, estão pessoas com 60 anos ou mais; pessoas que vivem em instituições de longa permanência e trabalhadores destes locais; pessoas imunocomprometidas; ribeirinhos; e indígenas em suas terras.

Desde 1º de janeiro deste ano, as pessoas do grupo prioritário e crianças entre 6 meses e menores de 5 anos foram incluídas no Calendário Nacional de Vacinação para serem imunizadas contra a covid-19. Para a vacina contra o SARS-CoV-2, o Ministério da Saúde recomenda a aplicação da dose anual ou semestral, no caso de grupos prioritários com 5 anos de idade ou mais e maior risco de desenvolver formas graves da doença, independentemente do número de doses prévias recebidas. Isto é Dinheiro

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**a ser realizada em 10 de junho de 2024**

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 10 de junho de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Alterar o número de membros que compõem o Conselho de Administração da Companhia e, consequentemente, alterar o caput do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para que este passe a ser composto por, no máximo, 7 (sete) e, no mínimo 5 (cinco) membros; 2. Alterar o processo de eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, consequentemente, incluir um novo parágrafo 1º ao Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia; 3. Consolidar o Estatuto Social da Companhia; 4. Fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; 5. Eleger membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do item 1 acima; 6. Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e 7. Eleger membros do Conselho Fiscal da Companhia. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual para Participação dos Acionistas"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. **Participação e votação na Assembleia:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via **Boletim de Voto a Distância**, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual para Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via **Plataforma Digital**, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretendem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., **até o dia 8 de junho de 2024**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** 4. **Documentos de representação dos acionistas:** A Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. **Informações para participação e votação na Assembleia Geral:** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. **Votação por meio de Boletim:** O Boletim poderá ser enviado pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual e Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 7. No que se refere à deliberação para eleição dos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A., e nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. São Paulo, 10 de maio de 2024. **Felipe Andrade Pinto** - Presidente do Conselho de Administração. (11, 14 e 15/05/2024)

Femarjan Construtora Ltda.

CNPJ/MF nº 10.417.107/0001-93 - NIRE 35.222.782.161

Edital de Convocação

Nos termos do Artigo 1.072, c/c. 1.152, § 3º, do Código Civil, ficam os sócios, e herdeiros e sucessores do finado sócio Benjamin Ribeiro da Silva convocados para reunião de sócios a ser realizada em 21/05/2024, às 15h, na sede da sociedade, na Avenida Senador Teotônio Vilela, 728, São Paulo, SP, CEP 04801-001, a fim de deliberarem sobre: (a) aceitação ou não, pelo sócio remanescente, do ingresso dos herdeiros e sucessores do sócio falecido na Sociedade; (b) alteração do contrato social, para aceitação dos herdeiros e sucessores, ou para resolução da sociedade em relação ao sócio pré-morto; e (c) em caso de não aceitação do ingresso dos herdeiros e sucessores na Sociedade, apuração e pagamento dos haveres do sócio falecido aos herdeiros e sucessores legítimos, na forma do contrato social. Em 07/05/2024, pela **Administração**. (10, 13 e 14/05/2024)

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/ME nº 61.167.060/0001-98 - NIRE 35.208.801.226

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos

A **Indústria Química Kimberlit Ltda.** ("Emitente"), convocou os titulares das notas comerciais ("Titulares de Notas Comerciais"), emitidas no âmbito da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 10.1. do "Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda." em 23/03/2022, conforme aditado ("Termo de Emissão"), celebrado entre a Emitente e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico **Google Meeting**, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emitente aos Titulares de Notas Comerciais habilitados, em **1ª convocação, 17/05/2024, 11hs**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 81"), e considerada como realizada na sede da Emitente, na cidade do Olimpia/ SP, na Rod. Assis Chateaubriand, CEP 15409-899 ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação para a concessão de waiver e consequentemente a não declaração de vencimento antecipado não automático da Emissão, em decorrência do descumprimento, pela Emitente, dos Índices Financeiros previstos na cláusula 5.2.1 item (viii) do Termo de Emissão; e (ii) Autorização à Emitente e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital através do sistema eletrônico **Google Meeting**, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emitente àqueles Titulares de Notas Comerciais que enviarem para o endereço eletrônico ri@essere.group e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 dias antes da data de realização da Assembleia, na forma da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) Pessoa física: documento de identidade válido com foto dos Titulares de Notas Comerciais (RG, a CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal dos Titulares de Notas Comerciais; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iii) Fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. (iv) Caso qualquer um dos Titulares de Notas Comerciais indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Os Titulares de Notas Comerciais poderão expressar seu voto ao final da assembleia geral. A Emitente permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares de Notas Comerciais no que diz respeito a presente convocação e da Assembleia. Olimpia, 09/05/2024. **Indústria Química Kimberlit Ltda.**

Data Mercantil**A melhor opção para sua empresa****Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa**

Publicidade Legal



ACESSO DIGITAL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ nº 05.563.165/0001-95

unico.io

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores quotistas, atendendo disposições legais e estatutárias, a administração da **Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A.** Submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no período, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAIS ENCERRADO EM 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	150.347	37.867	151.838	53.166	Passivo				
Contas a receber de clientes	80.151	64.894	82.329	68.037	Circulante				
Tributos a recuperar	12.443	8.555	12.536	9.173	Empréstimos e financiamentos	-	200	-	200
Outros créditos diversos	14.627	12.142	18.685	13.400	Passivo de Arrendamento	2.124	1.772	2.124	1.772
	257.568	123.458	265.388	143.776	Fornecedores	22.685	24.432	25.483	25.755
Não circulante									
Outros Créditos	1.649	306	1.649	305	Obrigações trabalhistas	69.921	56.716	70.547	58.334
Partes relacionadas	-	211	-	53	Obrigações tributárias	7.878	7.185	7.967	8.738
Investimento	10.996	144.772	-	-	Partes relacionadas	1.345	-	-	-
Imobilizado	10.347	11.632	10.352	11.835	Obrigações com clientes	23.342	25.804	23.706	29.841
Intangível	342.336	190.411	348.128	331.533	Obrigações com aquisição de investimentos	15.159	31.277	15.159	31.277
Direito de uso	9.394	7.945	9.394	7.945	Outras obrigações	-	444	38	872
	374.722	355.277	369.523	351.671		142.454	147.830	145.024	156.789
Total do ativo	632.290	478.735	634.911	495.447					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	408.318	349.764	419.320	372.487	Patrimônio líquido				
(-) Custo dos serviços prestados	(125.911)	(86.582)	(129.469)	(92.634)	Capital social	491.435	375.435	491.435	375.435
Lucro bruto	282.407	263.182	289.851	279.853	Adiantamento para futuro aumento de capital	288.484	116.000	288.484	116.000
Despesas operacionais:					Reservas de capital	214.708	183.884	214.708	183.884
Vendas	(90.433)	(117.159)	(92.937)	(124.697)	Prejuízos acumulados	(572.053)	(391.953)	(572.053)	(391.953)
Administrativas e gerais	(387.101)	(323.309)	(390.784)	(338.731)	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia	422.574	283.366	422.574	283.366
Outras despesas operacionais	(371)	(2.334)	(371)	(2.327)	Participação dos acionistas não controladores	-	-	51	(162)
Equivalência patrimonial	1.292	(7.886)	-	-	Total do patrimônio líquido	422.574	283.366	422.625	283.204
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(194.206)	(187.506)	(194.241)	(185.902)	Total do passivo e do patrimônio líquido	632.290	478.735	634.911	495.447
Receitas financeiras	21.464	11.129	22.177	11.297					
Despesas financeiras	(6.081)	(4.791)	(6.236)	(4.964)					
Prejuízo antes dos impostos e reversão dos juros sobre capital próprio	(178.823)	(181.168)	(178.300)	(179.569)					
Impostos correntes	-	-	(751)	(2.831)					
Impostos diferidos	-	-	-	-					
Prejuízo do exercício	(178.823)	(181.168)	(179.051)	(182.400)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia	(178.823)	(181.168)	(178.823)	(181.168)					
Participação dos acionistas não controladores	(228)	(1.232)	(228)	(1.232)					
Quantidade de ações	331.111.131	215.111.131	331.111.131	215.111.131					
Prejuízo básico / diluído por lote de 1.000 ações	(0,5401)	(0,8422)	(0,5408)	(0,8479)					

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(178.823)	(181.168)	(179.051)	(182.400)					
Outros resultados abrangentes	(178.823)	(181.168)	(179.051)	(182.400)					
Total de resultados abrangentes do período	(178.823)	(181.168)	(179.051)	(182.400)					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

CONTEXTO OPERACIONAL: A Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia") é uma sociedade com sede na Praça General Gentil Falcão nº 108, 10º andar, Cidade Moçoões, na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 27 de fevereiro de 2003 e tem como objeto social a prestação de serviços de tecnologia da informação, o licenciamento de uso de programas de computação, a prestação de serviços de consultoria em informática, sistemas e processos, o gerenciamento eletrônico de documentos, exceto as áreas que dependem de autorização de órgão de classe, a prestação dos serviços de processamento de dados biométricos por reconhecimento facial, e de informações de qualquer natureza, inclusive cadastros e similares e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. No exercício 2019, a Companhia passou a ser controlada pela empresa Acesso Digital Participações Ltda. cujo capital social foi constituído e integralizado pelos fundadores e principais executivos da própria Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A. Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou uma reestruturação societária e em 31 de dezembro de 2020 passou a ser controlada tanto pela empresa Acesso Digital Participações Ltda. e Unico Technologies LLC. Em 2021 a Companhia incorporou a empresa Meerkat Vision Ltda. e realizou a aquisição de 3 empresas - Via Nuvem Tecnologia Ltda, BGI Tecnologia S.A. e SkillHub Tecnologia e Serviços Ltda. Em 2022 houve nova reestruturação com a incorporação das empresas Via Nuvem Tecnologia Ltda. e BGI Tecnologia S.A., além da aquisição das empresas MakroTrust Tecnologia de Informação Ltda. e MakroSystemsTecnologia de Informação Ltda. Em 31 de julho de 2023 houve a incorporação das empresas MakroTrust Tecnologia de Informação Ltda. e MakroSystems Tecnologia de Informação Ltda. na sua controladora direta.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: São apresentadas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída em montante considerado suficiente pela administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa. Os serviços prestados não faturados são relacionados a receita reconhecida sobre serviços de biometria facial em andamento e, dessa forma, esses saldos variam de acordo com o volume de acessos utilizados excedentes e com previsão de faturamento no término contratual.

INVESTIMENTOS: Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

IMOBILIZADO: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido da provisão para redução do valor recuperável. Quando componentes significativos de imobilizado são repositos, a Companhia registra tais componentes como itens individuais, com vidas úteis de taxas de depreciação específicas. As despesas de manutenção e reparo são levadas ao resultado quando incorridas.

INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

FORNECEDORES: Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem as seguintes características: contas a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros possuem a incidência de juros e são geralmente liquidadas em prazos de 45 dias conforme política da Companhia.

ORIGINAÇÕES TRABALHISTAS: O saldo de obrigações trabalhistas é composto por salários, tributos a pagar no próximo exercício e valores de provisões de férias de funcionários.

ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO: Dentro do contexto da aplicação do IFRS 16, a Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou quatro contratos referente a aluguéis de suas unidades, com componentes de arrendamento. A Companhia registrou o direito de uso pelo valor justo, assim como o passivo do arrendamento.

PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS: A administração da Companhia leva em consideração as demandas jurídicas que sejam relevantes e/ou sejam significativas para o negócio, independentemente do valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía processos com expectativa de perda provável no montante de R\$14.591.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: A Companhia fornece remuneração baseada em ações para executivos, funcionários e prestadores de serviços selecionados da Companhia e suas subsidiárias, como os planos de opção de compra de ações (Stock Options) e unidades de ações restritas (RSUs), sendo a elegibilidade final de qualquer beneficiário para participar dos planos determinada pelo Conselho de Administração.

CAPITAL SOCIAL: O capital social é representado por 331.111.131 ações totalmente integralizadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	Capital social		Reservas de capital		Prejuízos acumulados		Atribuídos aos controladores		Atribuídos a não controladores		Patrimônio líquido
	AFAC	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Em 31/12/2021	318.835	56.600	138.526	(209.969)	303.992	-	-	-	-	-	303.992
Aumento de capital AFAC	56.600	(56.600)	-	-	-	116.000	-	-	-	-	116.000
Plano de opções de ações (SOP e RSU)	-	-	45.358	-	45.358	-	-	-	-	-	45.358
Aquisição de participação junto a não controladores	-	-	-	(816)	(816)	-	-	1.070	-	-	254
Resultado do exercício	-	-	-	(181.168)	(181.168)	-	-	(1.232)	-	-	(182.400)
Em 31/12/2022	375.435	116.000	183.884	(391.953)	283.366	(162)	283.204	-	-	-	283.204
Aumento de capital AFAC	116.000	(116.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opções de ações (SOP e RSU)	-	-	30.824	-	30.824	-	-	-	-	-	30.824
Aquisição de participação junto a não controladores	-	-	-	(1.277)	(1.277)	-	-	571	-	-	(706)
Resultado do exercício	-	-	-	(178.823)	(178.823)	-	-	(358)	-	-	(179.181)
Em 31/12/2023	491.435	288.484	214.708	(572.053)	422.574	51	422.625	-	-	-	422.625

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Saldo anterior									
Atividades Operacionais									
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(178.823)	(181.168)	(178.300)	(179.569)					
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa:									
Depreciações e amortizações	31.838	15.344	32.226	15.763					
Equivalência patrimonial	(1.292)	7.886	-	-					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.895)	343	(2.475)	420					
Provisão Benefício longo prazo	30.824	45.358	30.824	45.358					
Provisão Contingências	(1.672)	3.429	(1.672)	3.429					
Resultado na baixa ativo imobilizado e intangível	1.691	62	1.691	477					
Outros	493	546	(258)	(2.286)					
Lucro líquido ajustado	(119.836)	(108.200)	(117.964)						

ANP reduz flexibilização de misturas à gasolina a 4 cidades gaúchas

A partir desta sexta-feira (10), as flexibilizações temporárias da mistura de biodiesel ao óleo diesel e do etanol à gasolina, concedida no último dia 4 ao Rio Grande do Sul, em razão das enchentes, valem apenas para os municípios de Canoas, Esteio, Rio Grande e Santa Maria. A decisão é da diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com a ANP, as flexibilizações para os quatro municípios contemplam os seguintes produtos e percentuais: gasolina C contendo no mínimo 21% de etanol anidro, em substituição ao percentual de 27% vigente na legislação atual; óleo diesel S10 contendo no mínimo 2% de biodiesel, em substituição ao percentual de 14% vigente na legislação atual; e óleo diesel S500 sem nenhuma mistura de biodiesel.

A redução da abrangência para os quatro municípios ocorre devido à identificação, pela ANP, de que a situação do abastecimento no restante do estado se estabilizou. A Agência manteve, por outro lado, o prazo de 30 dias para a validade dessa medida, nos quatro municípios citados, a contar da decisão original de 4 de maio. Ressaltou, entretanto, que esse período pode ser revisto, dependendo das condições de abastecimento na região. Caso haja piora nas condições do estado, a ANP pode determinar também a retomada da flexibilização da mistura em outras localidades, de modo a garantir a continuidade do abastecimento.

Monitoramento
A ANP mantém monitoramento contínuo da situação no Rio Grande do Sul. Determinou, inclusive, que os distribuidores da região reportem diariamente os dados de movimentação dos combustíveis incluindo o detalhamento do percentual de mistura adotado.

Isto é Dinheiro

Gênica Inovação Biotecnológica S.A.

CNPJ/MF nº 23.255.514/0001-93

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia: <https://genica.com.br>

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Circulante					Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	13.632.298	7.993.344	22.885.878	11.013.529	Resultado do exercício	4.213.331
Contas a receber de clientes	82.808.702	50.858.886	25.918.598	7.205.641	Ajustes para:	3.797.569
Estoques	14.814.376	11.545.506	1.276.456	535.769	Depreciação e amortização	1.986.271
Impostos a recuperar	1.095.582	772.658	6.453.759	4.582.838	Imposto de renda e contribuição social correntes	3.166.367
Outros recebíveis	3.300.008	1.877.309	1.053.575	465.694	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.859.708)
Instrumentos financeiros derivativos	91.510	-	-	-	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	2.698.006
Total do ativo circulante	115.742.476	73.047.703	32.604.401	5.589.324	Provisão para contingências	-
Não circulante			Passivo		Resultado na venda de imobilizado	6.996
Realizável a longo prazo			Circulante		Resultado de equivalência patrimonial	522.279
Ativo fiscal diferido	3.859.708	-	Fornecedores	22.885.878	Juros sobre arrendamento	477.525
Total do realizável a longo prazo	3.859.708	-	Empréstimos e financiamentos	25.918.598	Instrumentos financeiros derivativos	402.863
Investimentos	192.666	7.326	Passivo de arrendamento	1.276.456	Planos de ações	607.287
Imobilizado	28.527.312	7.534.740	Obrigações sociais e trabalhistas	6.453.759	Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	1.293.000
Intangível	2.740.113	1.767.169	Obrigações fiscais a recolher	1.053.575	Variáveis nos ativos e passivos	
Direito de uso	2.730.390	1.686.110	Imposto de renda e contribuição social a recolher	901.594	Contas a receber de clientes	(33.242.816)
Total do ativo não circulante	38.050.189	10.995.345	Imposto de renda e contribuição social diferido	3.859.708	Estoques	(3.268.870)
Total do ativo	153.792.665	84.043.048	Impostos e contribuições a recolher	5.903.463	Impostos a recuperar	(322.924)
			Total do patrimônio líquido	48.881.430	Outros recebíveis	(1.422.699)
			Patrimônio líquido		Fornecedores	10.111.162
			Capital social	31.763.343	Obrigações sociais e trabalhistas	1.870.921
			Ações em tesouraria	607.287	Impostos e contribuições a recolher	587.881
			Reserva de capital	14.789.896	Outras contas a pagar	3.375.369
			Reserva legal	363.376	Caixa aplicado nas operações	(10.797.759)
			Reserva de lucros	5.903.463	Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.298.155)
			Total do patrimônio líquido	48.881.430	Juros pagos de arrendamento	-
			Total do passivo	100.365.300	Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(1.257.983)
			Total do passivo e patrimônio líquido	153.792.665	Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(15.353.897)
					Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
					Aquisição de imobilizado e intangível	(20.724.727)
					Aquisição de investimento	(707.619)
					Recebimentos por venda de ativos imobilizados	23.576
					Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(21.408.770)
					Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
					Aumento de capital	617
					Captações de empréstimos e financiamentos	63.752.754
					Amortização de empréstimos e financiamentos	(20.212.633)
					Pagamento de arrendamento	(1.139.117)
					Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	42.401.621
					Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.638.954
					Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7.993.344
					Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.632.298

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	122.714.086	67.806.727
Custo das vendas	(57.619.150)	(24.482.106)
Lucro bruto	65.094.936	43.324.621
Despesas (despesas) operacionais	(21.135.363)	(16.788.062)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.293.000)	(1.624.514)
Despesas gerais e administrativas	(33.063.914)	(16.518.912)
Outras receitas (despesas) operacionais	(484.894)	98.031
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	9.117.765	8.491.164
Receitas financeiras	1.514.156	1.262.794
Despesas financeiras	(6.589.652)	(3.570.337)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	(522.279)	-
Resultado antes dos impostos	3.519.990	6.183.621

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.326.855	-
Aumento de capital conforme AGO/AGE de 12 de abril de 2022	501	-
Aumento de capital conforme AGO/AGE de 21 de junho de 2022	29.435.370	-
Resultado do exercício	-	-
Constituição da reserva legal	-	152.709
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	(725.366)
Constituição reservas de lucros	-	2.176.099
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.762.726	-
Aumento de capital conforme AGE de 03 de maio de 2023	617	-
Constituição reserva de lucros a destinar conforme AGO/AGE de 20 de julho de 2023	-	725.366
Plano de ações – ações em tesouraria	607.287	-
Resultado do exercício	-	-
Constituição da reserva legal	-	210.667
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	(1.000.666)
Constituição reservas de lucros	-	3.001.998
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.763.343	607.287

Diretoria
Marcos Agostinho Petean Gomes – Presidente; Frederico Marques Biasioli – Diretor financeiro; Carlos Henrique Fanton Germin – Contador – CRC nº 1SP 220.313/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 28 de março de 2024, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC ZSP-027.666/O-5 F SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia: <https://genica.com.br/>

Atalhcred Consultoria e Investimentos em Ativos S/A

CNPJ/MF nº 37.843.624/0001-80 – NIRE 35.300.574.567

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/12/2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 18/12/2023, às 10 hs, na sede Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas titulares das ações representativas de 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Denis Endo Nicolini – Presidente; Bruno Carrasco Prado Alves – Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) a consignação dos pedidos de renúncia apresentado pelo membro do Conselho de Administração da Companhia e pelo membro da Diretoria da Companhia; (ii) a quitação ao membro do Conselho e ao Diretor, em razão das renúncias; e (iii) autorização da administração da Companhia a adotar todas as providências necessárias para implementar o quanto deliberado sobre tal ordem do dia. **5. Deliberações:** 5.1. Aprovar a renúncia do seguinte membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme termo de renúncia apresentado nesta data e ora anexados à presente na forma do Anexo I: **Jose Eduardo Ferreira Barbosa**, RG nº 30.065.040-1, CPF/MF nº 308.507.289-86. 5.2. Aprovar a renúncia do seguinte membro da Diretoria da Companhia, conforme termo de renúncia apresentado nesta data e ora anexados à presente na forma do Anexo II: **Marcelo Everton Sales**, RG nº 29.584.557-0 (SSP-SP), CPF/MF nº 276.773.498-11. 5.3. Aprovar, sem ressalvas, o cumprimento pelo Diretor e pelo Conselho que ora renunciaram, de todas as suas obrigações oriundas de suas funções, ratificar todos os atos por eles praticados, bem como conferir aos mesmos quitação, ampla, plena, total, irrestrita, irrevogável e irretroatável, em relação ao cumprimento de todas as suas obrigações oriundas de suas funções, nada mais podendo a Companhia vir a reclamar-lhes, a qualquer tempo, forma e a que título for. 5.4. Em razão da renúncia do membro do conselho, um dos cargos do Conselho de Administração permanecerá vago até futura indicação dos acionistas. 5.5. Fazer constar que a presente ata substitui e torna sem efeitos qualquer ata eventualmente assinada anteriormente que delibere pela mesma matéria. 5.6. Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das Sociedade por Ações. 5.7. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima aprovadas, podendo representar a Companhia para a formalização da renúncia dos administradores perante os órgãos públicos e terceiros em geral, inclusive os registros, averbações, subscrição, atualizações cadastrais e transferências necessárias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. São Paulo/SP, 18/12/2023. Jucesp nº 46.690/24-4 em 02/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tusta Tecnologia e Meios de Pagamento S.A.

CNPJ/ME nº 40.316.750/0001-91 – NIRE 35.300.562.674 – Sociedade por Ações de Capital Fechado

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024

Data, Hora e Local: 29/04/2024, às 08:00 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada convocação, em virtude da presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Denis César Correia (“Presidente”), e Sr. Carlos Antonio Tamaki (“Secretário”). **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores e o exame e discussão das contas do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social da Companhia findo em 31/12/2023; e (ii) a destinação dos resultados apurados no ano de 2023 e a incorporação do prejuízo do ano ao saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores. **V. Deliberações aprovadas por unanimidade:** (i) aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da Companhia findo em 31/12/2023 e aprovar a atuação dos administradores, conforme artigo 132, I, da Lei das S.A.; e (ii) aprovar o registro do prejuízo referente ao ano 2023, no montante de R\$ 664.270,81, na conta Prejuízos Acumulados. **Encerramento:** Nada mais para ser deliberado, foi lavrada. São José dos Campos, 29/04/2024. **Denis César Correia** – Presidente; **Carlos Antônio Tamaki** – Secretário. **Acionistas:** Eldorado Adm. Part. Ltda. Denis César Correia; Carlos Antônio Tamaki. JUCESP – Registrado sob o nº 197.024/24-5 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Pluxee Benefícios Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 69.034.668/0001-56 – NIRE 35.300.368.169

Ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE Realizada em 22 de abril de 2024

Data/hora/local: 22/04/2024, 9hs, na sede da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas. **Mesa:** Presidente: **Bernarda Briceño Ramirez**, Secretário: **Thierry Noel Michel Guihard**. **Deliberações aprovadas:** (i) A reeleição do Sr. **Thierry Noel Michel Guihard**, francês, casado, administrador, domiciliado em São Paulo/SP, para o exercício do cargo de **Diretor Presidente**, pelo prazo de 3 anos, permitida a reeleição; O **Diretor Presidente** declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Dessa forma, o **Diretor Presidente**, ora reeleito, se mantém investido no cargo, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. Nada mais.

Pluxee Benefícios Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 69.034.668/0001-56 – NIRE 35.300.368.169

Ata da Assembleia Geral Ordinária – AGO – Realizada em 11 de abril de 2024

Data/hora/local: 11/04/2024, 9hs, na sede da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação. Face à presença de todos os acionistas. Os acionistas dispensaram a presença de um membro da Auditoria Independente, tendo sido lido pela Administração o parecer assinado e arquivado na sede da Companhia. **Deliberações aprovadas:** (i) As contas apresentadas pela Diretoria e, referendada pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; (iii) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Estatuto Social, a serem pagos aos acionistas oportunamente, e a destinação do saldo do lucro apurado no exercício encerrado em 31/12/2023, líquido dos dividendos mínimos obrigatórios, para a conta de lucro a destinar, sem aplicação em reserva legal, em razão do valor constante da reserva legal somado a reserva de capital exceder em 30% o valor do capital social; (iv) Publicação desta ata na forma de extrato. Nada mais. JUCESP nº 156.586/24-1 em 19/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4751	Peso (Chile) - 0,005575
Dólar (EUA) - 5,1464	Peso (México) - 0,3067
Franco (Suíça) - 5,6791	Peso (Uruguai) - 0,1337
Iene (Japão) - 0,03302	Yuan (China) - 0,7122
Libra (Inglaterra) - 6,4474	Rublo (Rússia) - 0,05553
Peso (Argentina) - 0,005832	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5447

Negócios

CVC (CVCB3): prejuízo encolhe 73,1% e fica em R\$ 34,4 milhões no 1T24



A CVC (CVCB3) apresentou um prejuízo de R\$ 34,4 milhões nos três primeiros meses deste ano (1T24), o que representa uma redução de 73,1% em comparação com a perda de R\$ 128 milhões registrada no mesmo período do ano passado (1T23). Esse resultado marca uma nova temporada para a CVC após a empresa se ver encurralada numa trajetória de quedas, desde baixa demanda por viagens e alta de juros até redução de indicadores operacionais.

De janeiro a março, a receita da CVC aumentou 19,6%, atingindo R\$ 353,3 milhões, segundo números divulgados em balanço ao mercado.

O destaque positivo veio também do resultado antes de juros, impostos, depreciação

e amortização (Ebitda), que alcançou R\$ 83 milhões, cerca de cinco vezes mais do que os R\$ 15,6 milhões reportados no primeiro trimestre de 2023.

O indicador take rake da CVC no 1T24, que mede a rentabilidade do setor, alcançou 9,5% no primeiro trimestre, um aumento de 2,1 pontos percentuais em relação ao 1T23, conforme a empresa.

Enquanto as despesas gerais e administrativas encolheram 20,6%, totalizando R\$ 171,9 milhões, as despesas de vendas avançaram 4,9%, chegando a R\$ 64,5 milhões. “Esse resultado demonstra forte redução das despesas não recorrentes e mantém a trajetória de recuperação de rentabilidade sobre as vendas sem perda de competitividade”, pontua o CEO da empresa, Fabio Godinho.

O balanço da CVC diz que, no 1T23, a empresa começou a trabalhar em novos pacotes terrestres para 80 novos destinos, que incluem roteiros nacionais e internacionais. Para este ano, ainda na tentativa de “arrumar a casa”, o grupo afirma que tem concentrado esforços na expansão de suas lojas físicas, que desempenham um papel central na estratégia da nova diretoria, conforme planejado para a revitalização da CVC.

A CVC também quer inaugurar 290 lojas ainda neste ano. Atualmente, a empresa encerrou o trimestre da CVC com 1.054 unidades, das quais 80 foram abertas ao longo de 2024. O grupo diz que prioriza o modelo de franquia, com apenas algumas lojas-piloto operadas diretamente pela empresa.

Murilo Melo/Suno

Ações da Iveco sobem após aumento nos lucro apoiar guidance

As ações da Iveco subiram nesta sexta-feira, depois que a fabricante italiana de caminhões e ônibus apoiou seu guidance após um aumento no lucro. A empresa registrou lucro líquido no primeiro trimestre de 17 milhões de euros (18,3 milhões de dólares), em comparação com 6 milhões de euros do mesmo período do ano anterior, impulsionado principalmente por custos financeiros mais baixos, anunciou.

Os lucros ajustados antes de juros e impostos – uma métrica preferida da empresa que exclui itens excepcionais e outros itens pontuais – fo-

ram de 233 milhões de euros, em comparação com 162 milhões de euros. Os analistas esperavam um EBIT ajustado de 191 milhões de euros, de acordo com estimativas de consenso fornecidas pela empresa.

Com base em pressupostos conservadores, a Iveco para 2024 pretende um EBIT ajustado consolidado entre 920 milhões de euros e 970 milhões de euros. Para as atividades industriais, o EBIT ajustado está previsto entre 790 milhões de euros e 840 milhões de euros, e a receita líquida deverá cair cerca de 4% em comparação com 2023.

Isto é Dinheiro



Caixa Seguridade (CXSE3) pagará R\$ 840 milhões em dividendos; confira valor por ação



O conselho de administração da Caixa Seguridade (CXSE3) aprovou a distribuição de dividendos intercalares antecipados equivalente a 90,88% do lucro líquido auferido até 31 de março de 2024, no valor de R\$ 840 milhões, sendo R\$ 0,28 por ação.

Segundo a empresa, os dividendos da Caixa Seguridade serão pagos no dia 15 de agosto de 2024 e terão como base a posição acionária de 1 de agosto de 2024, sendo as ações negociadas ex-dividendos a partir de 2 de agosto de 2024.

Dividendos de Caixa Seguridade

Valor total dos dividendos: R\$ 840 milhões;

Valor por ação: R\$ 0,28;

Data de corte: 1 de agosto

de 2024;

Data de pagamento: 15 de agosto de 2024.

Caixa Seguridade (CXSE3): lucro líquido recorrente chega a R\$ 924,3 milhões no 1T24, alta de 12,7%

A Caixa Seguridade (CXSE3) fechou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido recorrente de R\$ 924,3 milhões, um resultado 12,7% maior que o do mesmo período do ano passado, e praticamente estável em relação ao observado no quarto trimestre de 2023.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) da holding foi de 64,8%, alta de 12,5 pontos percentuais em 12 meses.

A empresa que reúne participações da Caixa Econômica Federal nos setores de

seguros, previdência e capitalização teve receitas operacionais de R\$ 1,250 bilhão no primeiro trimestre, uma alta de 15% em um ano.

As receitas da Caixa Seguridade são provenientes de duas fontes: os resultados das empresas de que é sócia, e as receitas de comissionamento, que contabilizam a corretagem de produtos de seguridade. A corretagem subiu 14,7%, para R\$ 543,2 milhões, de acordo com balanço publicado nesta quinta-feira.

Os resultados das participações subiram 15,2% no mesmo período, para R\$ 706,6 milhões, informou a Caixa Seguridade. Em relação ao quarto trimestre de 2023, o número avançou 4,1%.

Giovanni Porfírio Jacomino/Suno